Rita Lima
habita.colectivo@gmail.com

Amadora, 12 de outubro de 2016

Assunto: Pedido de Audiência

Excelências,

Nós abaixo-assinados, moradores e moradoras do Bairro de 06 de Maio, no concelho de Amadora, vimos manifestar a nossa indignação e revolta perante os despejos de que somos vitimas sem que nós seja garantida alternativa de habitação condigna, numa clara violação do 65 º artigo da Constituição da República Portuguesa.

Com efeito, a Câmara Municipal da Amadora (CMA) tem levado a cabo demolições e despejos violentos no Bairro 6 de Maio, despejando famílias, crianças, idosas(os) e pessoas doentes e sem que seja apresentada qualquer alternativa de alojamento.

É de salientar que o Provedor de Justiça fez, no final de Agosto, uma recomendação alertando para as violações de direitos humanos, assim como as violações do direito administrativo, cometidas pela CMA, assim como a revisão do Plano Especial de Realojamento de 1993, reconhecendo que este é um instrumento manifestamente desactualizado.

As demolições e consequentes despejos têm atirado para a rua sem nenhuma alternativa, dezenas de pessoas, entre elas, doentes graves, crianças, idosas e famílias monoparentais, com parcos recursos materiais e financeiros.

Perante a gravidade da situação, já exigimos ao Governo que assuma as suas responsabilidades em termos de protecção social e assegure o direito à habitação às nossas famílias que foram despejadas no bairro 6 de Maio na Amadora, articulando com o IHRU e Segurança Social alternativas para nós. Exigimos ainda que a Câmara municipal da Amadora suspenda as demolições no sentido de se encontrarem soluções em diálogo com o Ministério do Ambiente e o IHRU.

Ambas as reivindicações são básicas, vão no sentido do Estado assegurar aquilo que deveria ser a sua função, promover a vida e a dignidade humana e desenvolver uma política pública que responda às necessidades sociais.

Face ao exposto, e considerando que CMA demonstra assim uma incompreensível indiferença à nossa situação e um total desrespeito pelos mais elementares direitos humanos, alimentando uma situação de emergência social inaceitável, vimos por este meio, solicitar às Vossas Excelências, uma audiência com caracter de urgência afim de melhor expor a situação e envidar todos os esforças possíveis para encontrar uma solução à nossa situação.

Com os melhores cumprimentos,

Os Moradores e as Moradoras